

Livro-reportagem *Rota 66*: pioneirismo, metodologia e narrativa



Marcos Zibordi

Doutor em Ciências da Comunicação pela
Universidade de São Paulo (USP)
Docente do Mestrado Profissional em Jornalismo
do FIAM-FAAM Centro Universitário
E-mail: mzibordi@hotmail.com

Resumo: Este artigo trata da precedência da obra *Rota 66*, de Caco Barcellos, no uso de dados numéricos no jornalismo brasileiro e, sobretudo, relaciona seu levantamento quantitativo ao tratamento textual. O objetivo é demonstrar que a narrativa do livro-reportagem atende aos pressupostos contemporâneos criadores de uma autoria coletiva, conforme teoriza Cremilda Medina.

Palavras-chave: Livro-reportagem, jornalismo de dados, narrativa, violência.

Livro-reportero Ruta 66: pionero, metodología y narrativa

Resumen: Este artículo trata de la precedencia de la obra *Ruta 66*, de Caco Barcellos, en el uso de datos numéricos en el periodismo brasileño y en especial como su encuesta cuantitativa se relaciona con el tratamiento textual. El objetivo es demostrar que la narrativa del libro cumple con los supuestos contemporáneos creadores de una autoría colectiva, como teorizado por Cremilda Medina.

Palabras clave: Livro-reportero, periodismo de datos, narrativa, violencia.

Book-reportage Route 66: pioneering, methodology and narrative

Abstract: This article deals with the work of precedence *Rota 66*, of Caco Barcellos, the use of numerical data in Brazilian journalism and especially its quantitative survey relates to the textual treatment. The goal is to demonstrate that the book-report narrative meets the contemporary assumptions creators of a collective authorship, as theorized Cremilda Medina.

Keywords: book-reportage, data journalism, narrative, violence.

● Caco Barcellos chegou antes

O título acima poderia ser somente uma frase de efeito, exagero comum em manchetes jornalísticas, mas indica, de fato, o procedimento pioneiro do repórter Caco Barcellos na criação de um Banco de Dados (em maiúsculo, conforme o original) para seu livro-reportagem *Rota 66 – a história da polícia que mata* (1992), clássico cuja amplitude, profundidade e rigor metodológicos de apuração têm rebatimentos no tratamento narrativo, que pretendemos demonstrar – porém, a relação entre captação e redação erigindo narrativa autoral de caráter coletivo (Medina, 1999, 2003, 2008, 2010, 2014) é discussão comparativa reservada ao próximo tópico.

Gostaríamos de começar enfrentando um problema de datação histórica quanto aos primórdios do jornalismo de dados no Brasil, sobretudo porque referências relevantes, algumas arroladas a seguir, vêm estabelecendo marcos iniciais ao elegerem veículos e profissionais pioneiros, indicações muito específicas para terem desconsiderado o pioneirismo do livro-reportagem *Rota 66*, precedência a ser acentuada porque

os dados para a obra começaram a ser coligidos a mão, em meados da década de 1970, e terminaram alimentando o Banco de Dados computadorizado, gerador de informações cruciais para as argumentações do autor, possibilitando, por exemplo, cruzamentos com outras bases de dados, como as do judiciário, e revelando, neste caso, que pouquíssimas vítimas dos policiais tinham respondido por crimes – eram quase todos inocentes.

Tendência mundial, a discussão e a prática do jornalismo de dados¹ podem ser

O mercado de trabalho necessita crescentemente de profissionais intérpretes de dados, habilitados para construir narrativas atraentes

ampliadas na esteira do renovado interesse pela história de Caco Barcellos,² considerando ainda, do ponto de vista dos problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas, o quanto são problematizadas as técnicas de atuação policial, como também seus números oficiais.

O jornalismo de dados, inevitavelmente, faz parte e ajuda a fazer o mundo informacional e racionalizado em que vivemos, cada vez mais aferido e conduzido

¹ Várias expressões, não exatamente sinônimas, mas sempre correlatas, são usadas para identificar os procedimentos jornalísticos com bases em dados: Jornalismo de Precisão; Reportagem Assistida por Computador, ou RAC, do inglês *Computer-Assisted Reporting* (Bounegru, Chambers, Gray, 2013); Jornalismo de Dados; Jornalismo Guiado por Dados (Barbosa, Torres, 2013), Jornalismo Digital em Base de Dados (Barbosa, Machado, Pereira, 2011) e *Hacking Journalism* (Lima, 2011).

² Ver, por exemplo, o material com textos, gráficos, mapas, fotos e vídeos produzido pelo Estadão, que recupera a história da primeira parte de *Rota 66*, a execução de três jovens ricos. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/rota-66-confissao/turma-do-paulistano>>.

numericamente, um mundo quantitativo. Conforme lembra o *Manual de jornalismo de dados*: “Nós vivemos num mundo digital agora, um mundo em que quase tudo pode ser (e quase tudo é) descrito com números” (Bounegru, Chambers, Gray, 2013).³

A importância dos procedimentos de captação e análise desses dados cresceu não só no ambiente jornalístico porque o avanço da tecnologia computacional e da internet disponibiliza infinidade crescente de informações quantificadas e quantificáveis com diferentes graus de acessibilidade, desde tabelas para leitura direta nas telas de dispositivos móveis ou não, arquivos legíveis pelo Excel ou similares, até informações menos manipuláveis, como as constantes em documentos do tipo PDF, cujos dados podem ser extraídos ou “raspados” – expressão preferida pelos profissionais inteirados – utilizando programas de computador, alguns gratuitos, gerando números ordenáveis em tabelas eletrônicas.

As políticas públicas de abertura e divulgação de dados oficiais também franqueiam acesso a gigantescas bases a serem sorvidas por cidadãos interessados. No Brasil, em maio de 2012, a Lei de Acesso à Informação passou a obrigar os órgãos públicos a divulgar documentos e atender aos pedidos cabíveis de esclarecimento solicitados por qualquer cidadão, renovando o interesse de jornalistas pela obtenção de dados para produção de reportagens.⁴

Num contexto cujo volume de informações produzidas é praticamente intangível e cujas linguagens das mensagens e do próprio processamento tecnológico são

³ Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>. Outro manual do gênero para baixar, este em português e espanhol, é *Ferramentas digitais para jornalistas* (Crucianelli, 2010), iniciativa do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/ebook/ferramentas-digitais-para-jornalistas-pt-br>>.

⁴ No mesmo ano da referida Lei, o Estadão Dados lançou o aplicativo jornalístico Basômetro, a Folha de S. Paulo colocou no ar o blog FolhaSPDados e começou o trabalho do InfoAmazônia, com geolocalização. Outros jornais, como Gazeta do Povo e Zero Hora, também lançaram produtos jornalísticos baseados em dados.

numéricas, está imposta a necessidade de o jornalista saber interpretar dados que ele precisa encontrar, acessar, manipular, cruzar, questionar – nos melhores casos, a análise prepara a contextualização traduzida em narrativas, visuais ou não, como os infográficos animados ou estáticos, com base em informações duras e muitas vezes impenetráveis de tabelas e planilhas.

Lidando com dados, a prioridade do repórter muda: ele deixa de correr atrás do furo para construir novas abordagens (Bounegru, Chambers, Gray, 2013). A prioridade quantitativa e temporal (dar a notícia o mais rápido possível) é substituída pela prioridade qualitativa (dar a melhor informação). Assim, os rebatimentos na estilística textual e na postura autoral também são decisivos, pois ocorre “menos adivinhação, menos busca por citações; em vez disso, um jornalista pode construir uma posição forte apoiada por dados, o que pode afetar consideravelmente o papel do jornalismo” (Idem).

Nesse sentido, em *Rota 66 – a história da polícia que mata*, tal “posição forte” está marcada desde o título complementado com subtítulo – o primeiro aponta a maioria dos matadores concentrados no Primeiro Batalhão da Polícia Militar de São Paulo, especificamente no grupo de elite chamado Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a temida Rota; o subtítulo acusa esses policiais de um crime específico, matar inocentes, resultado de atuações utilizando os mesmos métodos da ditadura na caça aos guerrilheiros opositores.

No que diz respeito ao Banco de Dados, seus resultados sustentam boa parte das acusações do autor contra os policiais militares, como os motivos da matança policial e a listagem dos dez maiores matadores. Os dados também ajudam a reconstituir o perfil das vítimas e a “posição forte” incide até sobre opções vocabulares: o autor só identifica os soldados como “assassinos”.

Vejamos um exemplo das várias sentenças conclusivamente agudas do livro-reportagem:

O latrocida, o assaltante que mata para roubar, criminoso mais temido pela sociedade, raramente é morto pela PM. Do total de 3.545 vítimas da PM que identificamos, apenas 24 eram indivíduos que haviam matado durante um assalto. O estuprador, outra figura odiada pela sociedade, também é alvo raro dos matadores. Em 22 anos de ação da PM, conseguimos identificar apenas dez, ou a insignificância de 0,2 por cento em relação ao total de vítimas. A justificativa das autoridades para defender métodos brutais durante o policiamento da cidade chega a parecer ridícula diante desse balanço das informações judiciárias. Os estupradores e assaltantes que matam não chegam a representar 1 por cento das vítimas dos matadores da PM (1992, p. 249-250).

Voltando ao panorama jornalístico atual, permeado por dados: a necessidade cada vez maior de lidar com informações quantitativas, especialmente numéricas, disponíveis em redes virtuais e arquivos eletrônicos, afeta ainda o mercado de trabalho, que precisa crescentemente de profissionais intérpretes de dados, habilitados para construir narrativas atraentes, necessidade que já deveria ter modificado decisivamente o ensino de jornalismo.

O perfil jornalístico exigido é o daquele que sabe obter e interpretar quantidades e, para atuar num nível profissional, o repórter precisa conhecer minimamente linguagens de programação e o funcionamento de ambientes virtuais. Por mais que essa tarefa pareça árdua e traidora da cultura profissional humanística do jornalista, jamais descartável, o repórter contemporâneo deve “possuir pensamento computacional” (Lima, 2011, p. 52). Segundo o mesmo autor, ele seria um *hacking journalist* acessando e digerindo informação excessiva, lidando com quantidades imensas de dados a serem qualificados,

sendo capaz de penetrar nas camadas profundas da informação não só através de arquivos relativamente disponíveis, mas penetrando pelos códigos de programação.

Nas duas décadas de pesquisa e redação para o livro-reportagem *Rota 66*, Caco Barcellos, repórter bateador de ruas, becos e vielas, pessoalmente afetado pelo drama das vítimas da PM, demonstrou domínio do requerido “pensamento computacional” para construir seu Banco de Dados, tanto na fase inicial da pesquisa, com anotações feitas à mão em fichas padronizadas de papel, quanto na fase posterior, utilizando programa de computador para cruzar dados e deles extrair informações para a narrativa nada trivial denunciadora da atuação sanguinária da polícia paulista.

Se Caco Barcellos exerceu o papel do preconizado *hacking journalist*, pesquisas etnográficas verificam tal premissa *hacker* em redações paulistanas do início do terceiro milênio (Träsel, 2014). Para esse autor, a cultura profissional do jornalismo está mudando engendrada pela informatização das redações, disponibilidade de programas de análises de dados, políticas de acesso a informações implantadas por instituições e governos, além do mergulho de jornalistas na cibercultura.

Reiterando que as ferramentas de aferição eletrônica “não são substitutos das habilidades dos repórteres” (p. 295), Träsel enxerga os procedimentos tecnológicos na lida com números como ampliadores das possibilidades jornalísticas e faz coro com a condenação de exageros estatísticos, como a divulgação de números chocantes, assim como reprova visualizações carentes de narrativas compreensivas e dados sem apuração e contextualização. Apesar das cautelas necessárias contra abusos e ingenuidades, a “tendência à apropriação da tecnologia” e o compartilhamento de conhecimento técnico são traços que “remetem à cultura *hacker*”, sugerindo imbricamentos entre os campos do jornalismo e da informática (p. 296).

O interesse por tecnologia, a ponto de o interessado aprender códigos de programação, aliado à ética de compartilhamento materializada, por exemplo, em trabalhos colaborativos com coletividades engajadas, aproximam *hackers* e atualizadíssimos jornalistas de dados. Para a construção do livro-reportagem *Rota 66*, Caco Barcellos costumava omitir os objetivos de sua pesquisa ao solicitar informações, conforme procedeu, por exemplo, em relação ao cartório distribuidor de Justiça de São Paulo, computadorizado desde em 1984: “Por medida de segurança, e para evitar consequências indesejáveis às pessoas que me ajudaram, elas souberam apenas que a pesquisa girava sobre o assunto *morte por causa violenta* na cidade de São Paulo.” (1992, p. 248. Grifos do autor).

Mas se os procedimentos são comuns, assim como os cuidados no trato numérico (sobretudo alerta crítico e esforço contextual), historicamente a obra de Caco Barcellos começou a ser produzida na capital paulista na mesma época em que as primeiras teorizações do jornalismo de dados surgiram nos Estados Unidos, e nada indica que o autor nacional tenha sido guiado pelos manuais estrangeiros. Ele não faz menção a tais métodos, e a maneira como conta ter armado sua metodologia não dá margem a pensarmos num auxílio forâneo. O autor narra como levantou questionamentos e chegou às suas próprias soluções de pesquisa e todo o procedimento é muito pessoal, a começar pelas primeiras entrevistas com parentes e amigos de vítimas da PM no pátio do Instituto Médico Legal (IML), cujas respostas eram anotadas pelo repórter num caderno, em meados dos anos 70. Quando o livro-reportagem foi publicado duas décadas depois, não havia antecedente nacional do gênero usando base de dados tão ampla e contundente.

O marco teórico do debate contemporâneo sobre jornalismo de dados é o clássico de Philip Meyer intitulado *Precision*

journalism: a reporter's introduction to social science methods, lançado nos Estados Unidos em 1973. Dois anos depois, na capital paulista, o repórter Caco Barcellos iniciava as pesquisas alimentadoras do Banco de Dados para a produção de *Rota 66 – a história da polícia que mata*.

Porém, em termos de datação histórica, além da coincidência temporal entre teoria estrangeira e prática nacional, a precedência no uso de dados neste livro-reportagem estarrecedor pode ser mais bem dimensionada se comparada ao início profissional das atividades de aferição numérica nas maiores redações brasileiras, posteriores ao lançamento de *Rota 66*.

No rápido capítulo dedicado ao Brasil, o *Manual de jornalismo de dados* (Bounegru, Chambers, Gray, 2013) menciona como “primeiros exemplos” nacionais as reportagens dos jornalistas Mario Rosa sobre superfaturamento no governo Collor, e as de Ascânio Seleme, com base no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), publicadas no início da década de 90, quando Caco Barcellos concluía *Rota 66* após alimentar por mais de duas décadas seu Banco de Dados iniciado em 1975.

Mas se o livro-reportagem antecede as reportagens em jornais diários, estamos comparando produtos jornalísticos de naturezas muito distintas (Lima, 1993); por isso, a eleição do pioneirismo das reportagens em periódicos nos leva a refinar a comparação histórica em relação a estes veículos. Pensando em publicações nacionais que praticaram jornalismo de dados, devemos obrigatoriamente mencionar como pioneira a lendária *Revista Realidade* que, no ano de estreia, 1966, publicou reportagens guiadas por levantamentos quantitativos de âmbito nacional, enquetes com questionários fechados e, inclusive, pesquisas de opinião aberta, construindo e manipulando quantificações até hoje impressionantes pela abrangência (Faro, 1999, p. 117).

Assim, diferente do que afirma o *Manual de jornalismo de dados*, “as bases do sucesso” do jornalismo nacional guiado por dados não foram lançadas na década de 1990 com trabalhos que ganharam visibilidade, como os dos repórteres Fernando Rodrigues e José Roberto de Toledo, na *Folha de S.Paulo* – considerando somente os dois primeiros



Em Rota 66, a construção da narrativa procura entender como ocorrem assassinatos mal explicados pela imprensa, pelos órgãos oficiais e pelos próprios policiais

anos da *Revista Realidade*, tidos como os mais relevantes (Faro, 1999; Moraes, 2007), o uso de dados no jornalismo periódico brasileiro, com amplitude e fôlego, começou entre 1966 e 1968 como um dos principais recursos de reportagem da revista.

Em 1998, três décadas depois das experiências pioneiras de *Realidade*, e quatro anos após o lançamento da primeira edição de *Rota 66*, o jornalista Fernando Rodrigues iniciou seu banco de dados *Políticos do Brasil*, com informações na internet e em livro, auferindo premiações, momento em que a *Folha de S.Paulo* passa a incluir técnicas de jornalismo guiado por dados no currículo do programa de *trainees*.

Em 2002, quando esses procedimentos já não eram novidade entre jornalistas brasileiros, foi fundada a entidade com atuação relevante, entre outras áreas, na disseminação de *Computer-Assisted Reporting* (CAR), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), uma das responsáveis pela tradução em língua portuguesa do *Manual de jornalismo de dados*, lançado em 2013.

Rota 66: metodologia na narrativa

Além da precedência histórica, este artigo pretende explicitar e discutir a relação entre a captação de dados e a construção da narrativa, ou como o conjunto quantitativo informa o texto do livro-reportagem, procedimento que revela capacidades requeridas atualmente de jornalistas que pretendam lidar com números para traduzi-los em histórias humanizadas, um dos principais objetivos e obstáculos deste tipo de reportagem. Para isso, mobilizaremos pressupostos das narrativas jornalísticas da contemporaneidade segun-

O autor cria um narrador que compreende a necessidade de equilibrar as histórias de ação entremeando aventura com capítulos sobre o material quantitativo

do Cremilda Medina, para quem é possível a realização de uma “autoria coletiva” por um repórter eticamente comprometido, racionalmente complexo e esteticamente renovador: “Uma definição simples de narrativa é aquela que compreende uma das respostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o *sapiens* organiza o caos em um cosmos.” (1999, p. 24).

Em *Rota 66*, a construção da narrativa visando organizar o mundo explica a própria natureza da pauta, que procura entender como ocorrem assassinatos mal explicados pela imprensa, pelos órgãos oficiais e pelos próprios policiais. Na organização do material captado durante 20 anos, e ao contrário do que se poderia esperar de uma narrativa afoita em aplacar logo o leitor com dados gritantes, as informações numéricas aparecem somente em 4 dos 23 capítulos do livro-reportagem.

Os dados quantitativos, assim como a explicação inicial da metodologia de pesquisa jornalística, aparecem pela primeira vez no oitavo capítulo. O Banco de Dados protagonizará somente mais três deles, emergindo no décimo segundo e fechando a obra, nos dois últimos capítulos da terceira parte. A quantificação bem distribuída sustenta, mas não domina a narrativa humanizada.

Se os capítulos com histórias de vítimas e da polícia, predominantes, fossem representados pelo sinal =, e os protagonizados pelo Banco de Dados por D, teríamos a seguinte representação visual (o espaço entre os sinais representa o intervalo entre as três partes):

=====D= ==D===== DD

Tais inserções não são somente informativas, elas reforçam a progressividade temporal do livro-reportagem, que cobre as ações da PM paulista desde sua criação, em 1970, até o início dos anos 1990. O Banco de Dados avança no tempo conforme a narrativa do livro também o faz, e tal noção paralela de desenvolvimento dos fatos, no mundo real e no da obra, fixa a organização linear visando facilitar a compreensão dos procedimentos policiais, encobertos durante anos – uma narrativa com temporalidades variadas dificultaria a fluidez e a compreensão da mensagem.

Assim, quanto às informações da metodologia de captação de dados, que aparecem pela primeira vez no oitavo capítulo, são mencionados os resultados referentes aos primeiros cinco anos de atuação da PM paulista. Até então, o autor havia extraído dados de 1700 notícias publicadas pelo jornal *Notícias Populares*, que em geral desprezava as vítimas e elogiava os policiais matadores, mas cujas reportagens foram fonte preciosa para começar a compreender a atuação policial – locais onde matavam, horários, idade das vítimas.

Hábil em artimanhas narrativas, o narrador surpreende ao revelar a existência

do Banco de Dados, mas não detalha toda sua metodologia, maiores explicações virão quatro capítulos adiante, gerando suspense. Por ora somos enredados pela exposição e interpretação dos primeiros resultados numéricos e pela projeção de que os policiais militares teriam matado mais pessoas nos primeiros cinco anos de atividades do que os grupos de extermínio durante as décadas de 1960 e 1970. Tais comparações dimensionam, ajudam a organizar a compreensão do confuso contexto cotidiano.

Essa inserção criteriosa porque pontual dos resultados do Banco de Dados atende bastante a proposta de Cremilda Medina (2010) para que o jornalista imprima inquietação estética nas narrativas informacionais. Em *Rota 66*, o autor cria um narrador que compreende a necessidade de equilibrar as histórias de ação envolvendo policiais e vítimas, entremeando aventura com capítulos sobre o material quantitativo, nos quais o texto adquire tom analítico, cerebral, digressivo.

A narrativa oscila então entre a cena do acontecer e o mundo das ideias e dos dados objetivos mensuráveis. A razão analítica amplia o desempenho técnico impedida pela experiência sensível do contato, da ida a campo e do fato de estar afeito ao acontecer humano. A ética solidária lubrifica a técnica, que se expressa numa ação original, a da autoria da assinatura coletiva (Medina, 2010, p. 152-153).

No livro-reportagem de Caco Barcellos, a abordagem racional está articulada à emocional para gerar suspense, pois os dados vão sendo atualizados, tornando-se cada vez mais plausíveis e até palatáveis, mas só serão conclusivos nas páginas finais. Durante a leitura, ficamos ansiosos pelo balanço geral, que só conheceremos nos dois últimos capítulos – então, novamente o narrador demonstra consciência finalística para demarcar o sentido humanitário da narrativa, pois, concluída a

apresentação dos dados, seremos brindados com a derradeira reportagem de ação, reiterando que os dados indicam, mas não sobrepõem as histórias das pessoas, que adquirem nome e existência além dos números. A narrativa de *Rota 66* termina com a rememoração da agressão de policiais a dois menores, cujas imagens da reportagem realizada por Caco Barcellos para o *Jornal Nacional*, exibidas em horário nobre, provavelmente salvaram a vida das vítimas. Autor e narrador concluem irônicos e aliviados: “Naquele dia, acreditamos ter evitado registrar os nomes de mais duas vítimas em nosso Banco de Dados” (p. 274).

A atualidade de *Rota 66* não diz respeito somente à utilidade das informações quantitativas para a estruturação da narrativa. Além do encaixe (Todorov, 1969, p. 119) estratégico entre os capítulos, a lida específica com os números é racionalmente complexa (Medina, 2003, p. 143; 2008, p. 62). Nesse sentido, o décimo segundo capítulo, o segundo no qual o Banco de Dados predomina, é o mais importante, expondo clara consciência das dificuldades metodológicas, matizando procedimentos e apontando limites.

As edições do jornal *Notícias Populares* continuam sendo anotadas, serão mais de oito mil até o final da pesquisa. As notícias sobre os assassinatos envolvendo policiais ainda estão sendo resumidas à mão em fichas de papel e a partir do número contabilizado também com base em entrevistas pessoais, o repórter cruza dados relacionando a média histórica nacional de vítimas em confrontos, de quatro sobreviventes para cada morto, e constata estarrecido que nos tiroteios envolvendo policiais militares na capital paulista são 265 mortos para cada ferido.

Comparação é procedimento recorrente para dimensionar quantificações em *Rota 66*. Comparar grandezas contextualiza números porque o confronto amplia seu significado: aumenta ou diminui a importância de dados isolados, matiza resultados, implicações pontuais adquirem perspectiva histórica.

Autocrítico, o autor admite através de seu narrador que as fontes de pesquisa revelaram muito mais sobre o perfil dos policiais assassinos do que o das vítimas, metade delas “estranhamente sem documentos na hora do tiroteio” (p. 120). Elas começarão a ter suas histórias desenterradas quando Caco Barcellos obtém autorização do Instituto Médico Legal (IML) para vasculhar o arquivo de documentos insalubres usados no transporte de cadáveres. A pretensão é identificar os mortos sem identificação. As informações obtidas alimentaram o programa de computador criado para cruzamento de dados com o nome e endereço de quem retirou o corpo das vítimas, possibilitando ao repórter chegar pessoalmente aos parentes, esclarecendo assim, depois de um ano de trabalho diário, o nome de 833 pessoas entre 1300 mortos anteriormente sem identificação pela polícia e pela imprensa. Eis a comparação histórica resultante:

A primeira constatação curiosa é a de que a violência da Polícia Militar não tem nenhuma relação com o aumento ou decréscimo dos índices de criminalidade. Nessas duas décadas de existência da PM o número de crimes de civis sempre cresceu em uma proporção bem menor em relação aos homicídios praticados por policiais militares durante o patrulhamento (p. 126).

Apesar da abrangência, solidez e versatilidade do Banco de Dados, em *Rota 66* temos inúmeras mostras de alerta de racionalidade complexa quando são discutidas as limitações da pesquisa (p. 129). A Região Metropolitana de São Paulo, onde os policiais militares também agem com desenvoltura, estava excluída do levantamento; a desorganização dos documentos do IML dificultou a identificação de inúmeros mortos, sobretudo referentes aos primeiros anos da pesquisa; diversos parentes de vítimas jamais foram encontrados na imensa

periferia paulistana porque as favelas crescem, somem, viram bairros, pessoas mudam de endereço.

Os números não são simples nem simplificam, não comunicam verdades significativas. Coerente diante da complexidade dos dados, o autor faz seu narrador declarar o seguinte: “Mais importante do que contabilizar o número de mortos era levantar informações para identificar e conhecer as pessoas que os policiais militares vêm matando há 22 anos em São Paulo” (p. 130).

Projetando o futuro da narrativa, antes de encerrar o capítulo 12, outro resultado relevante do Banco de Dados sustentará a sequência do livro-reportagem. São os nomes dos 20 maiores matadores da PM, cujas histórias passaremos a conhecer nos capítulos posteriores. No seguinte, por exemplo, o narrador informa ter conseguido examinar os processos da Justiça Militar relativos aos policiais envolvidos em tiroteios, mas tal ampliação da pesquisa não é detalhada, estamos lendo o perfil do soldado Rony Jorge. E leremos ainda outros perfis, como o do policial que virou político, Roberval Conte Lopes, e de vítimas, como Fernando Ramos da Silva, o Pixote, menino pobre que interpretou personagem homônimo no cinema.

Além da função de suspense desempenhada pelos números na estruturação da narrativa e do alerta racionalmente complexo diante deles, gostaríamos ainda de apontar o viés de comprometimento ético sustentado pelo Banco de Dados, conforme as indicações para a construção da “autoria coletiva” (Medina, 2010, 2014). O comprometimento com as vítimas norteou a metodologia quantitativa e seus resultados finais arrasadores são apresentados nos dois últimos capítulos. Novamente a pesquisa aparece ampliada e municiará a refutação do principal argumento em favor das ações violentas da PM, sobretudo da Rota, a de que agem com fatal truculência porque enfrentam os mais violentos criminosos da

sociedade, como estupradores e assassinos, vítimas fatais pretensamente justificáveis pela periculosidade.

Um derradeiro cruzamento de dados evidenciará o contrário. Após identificar mais de 4 mil vítimas da PM, os nomes foram submetidos ao confronto com os registros da Justiça e da Polícia Civil sobre criminosos processados na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana. Constatar que a maioria das vítimas era constituída de pobres, inocentes e de origem nordestina desmantela os discursos favoráveis à atuação policial, assim como a denúncia do componente racista e socioeconômico, pois a maioria das vítimas era constituída de negros e pardos, 20% empregados da construção civil. Há ainda a gritante desproporção entre o número de civis mortos a cada policial: entre 97 cidadãos fatalmente vitimados, morreu um PM.

● **Autoria coletiva**

No decorrer deste artigo, os conceitos de autor e narrador foram diferenciados sem a devida distinção conceitual. Os graus de proximidade e distância variam muito entre as duas entidades responsáveis por, em geral, criar e conduzir narrativas. Nas ocasiões extremas, autor e narrador podem estar fundidos, praticamente indistinguíveis, ou separados, claramente identificáveis.

O autor institui narradores diversos, toma decisões sobre o enredo e os personagens, mas nunca poderá ser sinônimo exato da pessoa física que o criou, apesar do autor escrever, efetivamente, o texto, enquanto o narrador rege essa criação na narrativa. O narrador pode ser um personagem, protagonista ou não, ou ser a voz que aparece para avaliar de forma pontual, equilibrada ou ostensiva.

Na estilística contemporânea, cuja matriz teórica provém da narratologia, aprende-se a não confundir autor e narrador: o primeiro, a personalidade real da criação;

o segundo, a instância literária de quem conta uma história, apresenta uma situação, fala pela voz dos protagonistas sociais. A assinatura coletiva de um Autor se torna tão mais polifônica e polissêmica se múltiplos e descentralizados narradores a autoria criar. A tradição jornalística consagrou o narrador da terceira pessoa (raramente, o da primeira pessoa do jornalista), como se assim encenasse a neutralidade, imparcialidade ou objetividade (2010, p. 151).

Diversas vozes e diversos sentidos. Até os policiais, antagonistas diretos, falam em *Rota 66*. O autor admite que a maioria dos agentes age dentro da lei (1992, p. 69), acompanha turno da Rota nas ruas reportando reclamações quanto a baixos salários e más condições de trabalho (p. 198) e, inclusive, afirma ter sido legítima a ação policial acompanhada ao vivo, resultando em morte do suspeito (p. 210).

Além das características narrativas de autoria coletiva atribuídas a *Rota 66* (polifonia, polissemia, consciência estética engendrando ação e suspense, racionalidade numérica complexa e comprometimento ético), importante frisar, antes de concluir, que a consciência histórica autoral não encena distanciamento narrativo. Ao contrário, toma partido explícito das vítimas e tal posicionamento, assim como as propostas fundamentalmente democráticas para as narrativas jornalísticas contemporâneas, levam em conta o contexto atual de crises paradigmáticas, cujo rebatimento histórico em *Rota 66* significa edificar as histórias dos vencidos erigindo sua História (Schmitt, 1990, p. 261-290).

Para isso, não bastam rigores metodológicos, quantificações abrangentes em bancos de dados eletrônicos, nem somente capacidade narrativa, por melhor que seja a estilística, podendo, quiçá, atingir os píncaros do presumível jornalismo literário. A referida História em *Rota 66* é constituída por um repórter que pode ser identificado como leitor cultural – da cultura da

violência, da cultura policial, dos abusos da imprensa sensacionalista, de aspectos cruciais da vida urbana em metrópoles, do racismo institucionalizado.

Romper com a chamada herança positivista, ainda tão presente no discurso noticioso, e desembocar no preconizado diálogo dos afetos (Medina, 2008) implica em ultrapassar amarras ideológicas, estéticas e racionalistas. Apesar do extremo racionalismo do Banco de Dados que sustenta a investigação de *Rota 66*, o livro-reportagem temperado com preceitos da narrativa

jornalística autoral conta a aventura coletiva das sociedades contemporâneas. “O rigor das referências (dados objetivos, informações colhidas, interpretações especializadas) forma um fundo conceitual, um cenário de ideias que não pode esmagar a saga dos heróis, anti-heróis do protagonismo social em processo” (Medina, 2014, p. 18).

Para a mesma autora, organizar o caos conflitivo com as vozes e significados colhidos na rua “é um ato subversivo para os porta-vozes monológicos do poder” (p. 11).

(artigo recebido out.2015/aprovado nov.2015)

Referências

- BARBOSA, S.; TORRES, V. O paradigma 'Jornalismo digital em base de dados': modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. *Revista Galaxia*, n. 25, p. 152-164, jun. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/10398/11381>>. Acesso em: 02 set. 2015.
- BARCELLOS, C. *Rota 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 2002.
- CRUCIANELLI, S. Ferramentas digitais para jornalistas. *Universidade do Texas*. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/ebook/ferramentas-digitais-para-jornalistas-pt-br>>. Acesso em: 28 set. 2015.
- GRAY, J.; CHAMBERS, L.; BOUNEGRU, L. (Orgs.). *Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens*. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>. Acesso em: 23 set. 2015.
- BARBOSA, S.; MACHADO, E.; PEREIRA, J. Ferramenta para análise de bases de dados em cibermeios. In: PALÁCIOS, M. (Org.). *Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo*. Covilhã: LabCom, Livros, 2011, p. 167-172. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111202-201110_marcos_palacios.pdf>. Acesso em: 18 set. 2011.
- FARO, J. S. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Editora da Ulbra/AGE, 1999.
- LIMA, E. P. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- JUNIOR, W. T. L. Jornalismo computacional em função da “Era do Big Data”. *Revista Líbero*, v. 14, n. 28, p. 45-52, dez. 2011. Disponível em <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/1-jornalismo-computacional.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade, caos e diálogo social. In: MEDINA, C.; GRECO, M. *Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória*. São Paulo: ECA/USP, 1999, p. 24-36.
- MEDINA, C. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2003.
- MEDINA, C. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2008.
- MEDINA, C. O criador da assinatura coletiva. In: MEDINA, C. (Org.). *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010, p. 145-155.
- MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. *Revista Triade*, v. 2, n. 4, p. 8-22, dez. 2014.
- MEYER, P. *Precision journalism: a reporter's introduction to social science methods*. Bloomington: Indiana University Press, 1973.
- MORAES, L. N. *Leituras da Revista Realidade (1966-1968)*. São Paulo: Alameda, 2007.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *Rota 66: a confissão*. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/rota-66-confissao/turma-do-paulistano>>. Acesso em: 02 set. 1975.
- SCHMITT, J. C. A história dos marginais. In: GOFF, J. L. (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 261-290.
- TRÄSEL, M. Aprendendo a se deixar guiar por dados: a formação dos jornalistas da equipe Estadão Dados. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, v. 4, n. 14, p. 85-99, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/345/222>>. Acesso em: 02 set. 2015.